



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

30/03/2022

Proposição

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.108, DE 2022

Autor

DEPUTADO FÁBIO TRAD – PSD/MS

nº do prontuário

1. (X) Supressiva

2. Substitutiva

3. Modificativa

4. Aditiva

5. Substitutivo global

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 75-C, da Consolidação das Leis do Trabalho, constante no art. 6º da Medida Provisória nº 1.108, de 2022.

JUSTIFICATIVA

O art. 75-C, previsto no art. 6º da presente Medida Provisória, estabelece que *“a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho”*. No entanto, nesta proposta introduzida pela Medida Provisória, não há especificação das atividades a serem desenvolvidas pelo empregado na modalidade de teletrabalho.

Conjugando esse art. 75-C com o disposto no § 1º do art. 75-B, também introduzido pela Medida Provisória vislumbra espaço para fraudes, pois o referido § 1º prevê que *“o comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam a presença do empregado no estabelecimento, não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto”*.

Isto porque, como o contrato de trabalho não precisaria mais estabelecer quais as atividades serão realizadas em teletrabalho, verifica-se uma abertura para que quaisquer atividades sejam exigidas pelo empregador para que sejam realizadas presencialmente sem que isto desfigure o regime de teletrabalho ou trabalho remoto. Ou seja, isto pode ser utilizado para fins de aplicação da exceção do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deixando-se de aplicar as



normas relativas à jornada de trabalho em situação de fraude à lei.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação da presente emenda supressiva.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado FÁBIO TRAD	MS	PSD

DATA	ASSINATURA
/ /	



CD/22950.61806-00



CD229506180600